

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.592.040 - SP (2019/0290277-1)

RELATORA : **MINISTRA NANCY ANDRIGHI**
AGRAVANTE : **EMPRESA FOLHA DA MANHÃ S/A**
ADVOGADOS : **LUIZ GUSTAVO DE OLIVEIRA RAMOS - SP128998**
: **MICHEL SCHIFINO SALOMÃO - SP276654**
AGRAVADO : **RÁDIO E TELEVISÃO RECORD S.A**
ADVOGADOS : **ADRIANA COUTINHO PINTO - SP201531**
: **RENATA STRUZANI DE SOUZA MOREIRA - SP254200**
: **SÉRGIO GONINI BENÍCIO - SP195470**
: **CHRISTIANE GIMENEZ GERMANO BRAGA - SP354749**

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA DA DECISÃO DE ADMISSIBILIDADE DO RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA. SÚMULA 182/STJ.

1. O agravo interposto contra decisão denegatória de processamento de recurso especial que não impugna, especificamente, todos os fundamentos por ela utilizados, não deve ser conhecido.
2. Agravo não conhecido.

DECISÃO

Cuida-se de agravo em recurso especial interposto contra decisão que inadmitiu recurso especial, fundamentado no art. 105, inciso III, da Constituição Federal.

Da análise dos autos, constata-se que a decisão agravada inadmitiu o recurso especial com base neste(s) fundamento(s): *i*) não foi demonstrada a violação dos dispositivos arrolados; *ii*) necessidade de reexame de contexto fático-probatório (Súmula 7/STJ); *iii*) ausência de comprovação do dissídio jurisprudencial alegado.

Entretanto, a parte agravante, limitando-se a reiterar as razões apresentadas quando da interposição do recurso especial, não demonstrou, de maneira consistente, a inaplicabilidade da Súmula 7/STJ - necessidade de reexame de contexto fático-probatório.

O agravo que não impugna, especificamente, todos os fundamentos

da decisão recorrida não deve ser conhecido, conforme disposto na Súmula 182/STJ.

Forte nessas razões, NÃO CONHEÇO do agravo em recurso especial, com fundamento no art. 932, III, do CPC/15.

Deixo de majorar os honorários de sucumbência recursal, visto que não foram arbitrados na instância de origem.

Alerto que a interposição de recurso contra esta decisão, declarado manifestamente inadmissível, protelatório ou improcedente, poderá acarretar sua condenação ao pagamento das penalidades fixadas nos arts. 1021, §4º e 1026, §2º do CPC/15.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 28 de novembro de 2019.

Ministra NANCY ANDRIGHI
Relatora